

08-0316/2010

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO D COM PROCESSO

08 - 0316 / 2010

DE

2010

MATÉRIA LEGISLATIVA:

RDP

08 - 0316 / 2010

DE

08/12/2010

PROMOVENTE:

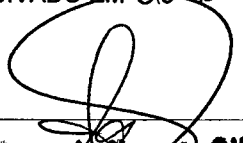
VEREADOR

ADILSON AMADEU

EMENTA:

CONSTITUI COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI) PARA
APURAR DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE
FRANGO EM PEDAÇO CONGELADO E LEITE EM PÓ PARA O
PROGRAMA LEVE LEITE, MEDIANTE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO.
* MATÉRIA INCLUÍDA NO PROLONGAMENTO DO EXPEDIENTE. AGUARDAND
O LEITURA E APROVAÇÃO. ARQUIVADA POR TÉRMINO DE LEGISLATURA.

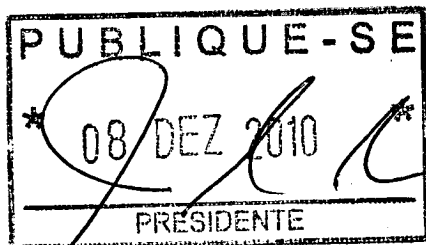
ARQUIVADO EM 06 02 13


Adriana de Souza Silva
Consultor Téc. Legisl. - Bibliotecário
Supervisor Arquivo Geral - SGP-33



Folha nº 01 do proc.
Nº 08-316 de 10

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

REQUERIMENTO

08 - RDP
08-00316/2010

“Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de irregularidade na aquisição de frango em pedaço congelado e leite em pó para o Programa Leve Leite, mediante atas de registro de preço”.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios constitucionais preconizados pelo artigo 37, entre eles o da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO denúncias largamente noticiadas pelos órgãos de imprensa de todo o país relativas a políticas de compras e abastecimento da Prefeitura Municipal de São Paulo, relatando fatos ocorridos no período de 1993 a 2000;

CONSIDERANDO suspeitas de irregularidades e favorecimento nos procedimentos licitatórios envolvendo fornecimento e os valores de frango congelado e leite em pó adquiridos pela Prefeitura Municipal de São Paulo;

CONSIDERANDO que na época dos fatos já havia sido apresentado o pedido de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito, não aprovada, em virtude de conjuntura política, favorável ao então prefeito da época;

CONSIDERANDO, inclusive, que o nobre deputado federal Paulo Maluf, ex-prefeito da cidade de São Paulo, teve sua candidatura questionada

CRF - SF.22 - 08/12/2010 - 15:33 - 000419 - 1/1

EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

08 DEZ 2010

Segue(m) juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob nº
2 a 13 e folha de informação
sob nº 14.4...1...2...1...3..
Ass: 

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Folha nº 02 do proc.
Nº 08-316 de 10
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100 406

face à Lei da Ficha Limpa, também em razão de ação penal envolvendo o episódio, conhecido por "Frangogate".

REQUEREMOS, na forma regimental, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município e na forma dos artigos 90 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de São Paulo, que seja constituída Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades nas aquisições de frango em pedaço congelado e de leite em pó para o "Programa Leve Leite", mediante atas de registro de preço, realizadas entre 1993 e 2000, pelas Secretarias Municipais de Administração e Abastecimento da Prefeitura Municipal de São Paulo, bem como dos procedimentos licitatórios realizados para a aquisição de tais produtos, com 09 (nove) membros e duração de 120 (cento e vinte dias), prorrogáveis por igual período, na forma do inciso III do artigo 93 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em

Adilson Madeiro
Vereador

TRE-SP barra Maluf por condenação do "Frangogate"Posted By [Rede Brasil Atual](#) On 24 de agosto de 2010 @ 9:52 In [Política](#) | [6 Comments](#)

Condenação permite impugnação, na avaliação da Justiça Eleitoral do estado com base no projeto "Ficha Limpa"

Por Fábio Oscar*

Por quatro votos a dois, os juízes do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo decidiram enquadrar o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) na Lei da Ficha Limpa e vetar sua candidatura à reeleição. A decisão foi tomada nesta segunda-feira (23). Maluf deve recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Caso ainda tenha seu recurso negado, ainda terá o Supremo Tribunal Federal (STF).

O candidato é citado ao todo em quatro procedimentos criminais no STF – um inquérito e três ações penais. Os processos mais "famosos" envolvem acusações de fraudes na prefeitura de São Paulo responsáveis por um rombo de calculado em R\$ 1,2 bilhão no caso conhecido como "Frangogate". Maluf é acusado pela compra de frangos superfaturados. Em razão de casos como esses, o candidato chegou a ficar 40 dias preso preventivamente em 2005.

A defesa de Paulo Maluf afirma que o deputado não poderia ser considerado inelegível porque o Tribunal de Justiça ainda não julgou recurso impetrado contra a condenação. Além disso, os advogados alegam que não está provado que houve dolo (intenção) nem enriquecimento ilícito.

De acordo com o entendimento do TRE, no entanto, não há necessidade de aguardar o julgamento da ação, já que há condenação por órgão colegiado. Durante a sessão desta segunda, votaram com o relator, juiz Jeferson Moreira de Carvalho, o presidente da Casa, desembargador Walter de Almeida Guilherme, o vice, Alceu Penteado Navarro e Clarissa Campos Bernardo.

Em 28 de julho, quando o Tribunal de Justiça negou recurso de Maluf, ele declarou que "só Deus me tira da vida pública". "Ninguém tem a ficha mais limpa que eu no Estado de São Paulo. Não tenho condenação. Não fui julgado", afirmou o deputado à Folha online.

*Matéria originalmente publicada na [Rede Brasil Atual](#) [1]

Article printed from CartaCapital: <http://www.cartacapital.com.br>

URL to article: <http://www.cartacapital.com.br/politica/tre-sp-barra-maluf-por-condenacao-do-frangogate>

URLs in this post:

[1] Rede Brasil Atual: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/politica/impugnado-por-ficha-suja-maluf-diz-que-apanas-deus-o-tira-da-vida-publica>

Copyright © 2010 Carta Capital. Todos os direitos reservados.



BRASIL ONLINE
Retrospectiva 97

Ciência
Cultura
Economia
Esporte
Gente
Geral
Internacional
Política

Maluf vê seu nome envolvido no 'Frangogate'

Agência Folha
De São Paulo



O ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf teve o seu nome e o de sua mulher, Sylvia Maluf, envolvidos no caso da venda irregular de coxas e sobrecoxas de frango para a Prefeitura de São Paulo. O caso, que passou a ser chamado de "Frangogate", aconteceu durante a sua gestão (1993-1996) e também a do atual prefeito, Celso Pitta, seu sucessor e afilhado político. Maluf disse que as denúncias envolvendo a compra de frangos pela Prefeitura de São Paulo durante seu mandato fazem parte de uma situação "pré-eleitoral". "É uma questão que aparece às vésperas da eleição. A campanha já começou, mas tenho certeza de que a Justiça vai nos absolver dessas acusações", disse. Em fevereiro de 96, a prefeitura realizou uma licitação para a compra de cortes congelados de frango para escolas e creches municipais. A Sadia, por meio da Frigobrás, propôs a venda por R\$ 1,66/kg e venceu a licitação. Três meses depois, a Sadia pediu aumento do quilo do frango para R\$ 1,96/kg. A empresa justificou o reajuste em função do aumento no preço da ração dos animais. A prefeitura não aceitou ir além de R\$ 1,75/kg e convocou a A D'Oro Alimentícia. Segunda colocada na licitação anterior, a A D'Oro passou a fornecer as coxas e sobrecoxas por R\$ 1,73/kg. A troca da Sadia pela A D'Oro foi feita sem nova licitação e, conforme a Lei de Licitações, a empresa só poderia fornecer o produto para a prefeitura pelo preço originalmente oferecido pela empresa vencedora (Sadia) na licitação, que foi de R\$ 1,66 por quilo. De agosto de 96 a abril de 97, a A D'Oro, frigorífico de propriedade de Fuad Lutfalla, cunhado de Paulo Maluf, forneceu 823 mil quilos de corte de frango para a prefeitura por R\$ 1,4 milhão. O faturamento da empresa passou de R\$ 24 milhões, em 95, para R\$ 43 milhões, em 96. Pitta afirmou que é "coincidência" o fato de pelo menos duas empresas da família de Paulo Maluf terem participado da venda de frangos para a Secretaria Municipal do Abastecimento. "Obviamente que isso é coincidência. As irregularidades inexistem", disse Pitta, na divulgação do relatório da comissão instaurada por ele para investigar o caso. O vereador Carlos Neder (PT) pediu ao Ministério Público o esclarecimento do caso. O vereador citou, em documento, a Obelisco Agropecuário e Empreendimento Ltda., empresa que pertence a Sylvia Lutfalla Maluf e Ligia Lutfalla Maluf, respectivamente mulher e filha do ex-prefeito Paulo Maluf. A Prefeitura de São Paulo adquiriu indiretamente frangos da Obelisco, em 1996. A empresa forneceu aves vivas à A D'Oro, onde foram abatidas, industrializadas e revendidas à prefeitura. Em defesa da mulher, o ex-prefeito Paulo Maluf disse, em agosto, que Sylvia Maluf havia fechado a Obelisco em maio porque a "granjinha dava prejuízo" e que a empresa só

Forma nº 04 do proc.
Nº 08-316 de 10

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100 408

não havia fechado antes porque ele ajudava na administração. O Ministério Público, que havia aberto inquérito sobre o caso em abril, publicou um relatório no final de outubro. Entre várias irregularidades, o documento aponta a "substituição ilegal da empresa Figrobrás pela empresa A D'Oro", "superfaturamento do preço do quilo da coxa e sobrecoxa congeladas" e a "flagrante existência de um esquema montado para beneficiar (...) A D'Oro e Obelisco (...) face às ligações comerciais entre elas e o ex-prefeito municipal e co-réu Paulo Maluf". O relatório ainda pede a suspensão dos direitos políticos de Maluf e o ressarcimento de soma ainda indefinida aos cofres públicos. O juiz José Roberto Furquim Cabella, da 2ª Vara da Fazenda Pública, acatou a ação civil pública movida pelo Ministério Público, que acusa o ex-prefeito de cometer ato de improbidade administrativa. Além de Maluf, o juiz cita como réus os outros cinco acusados no caso: a A D'Oro, a Obelisco, a AIM Representações, o ex-secretário de Abastecimento Nieto Martin e o presidente da Comprims (Comissão Municipal de Preços), Marcelo Daura. O juiz negou pedido de liminar proposto pelo Ministério para afastar Daura.

Folha nº 05 do proc.
Nº 08 - 216 de 10
Ass. Parlamentar
00 406

UOL

ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

CENTRAL DO ASSINANTE

DISCADOR

E-MAIL

INDICE

SHOPPING



FOLHA DE S. PAULO | ÍNDICE GERAL

ASSINE

BATE-PAPO

BUSCA

E-MAIL

Folha nº 06 do proc.	
SAC nº 03	SHOPPING 10

Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

São Paulo, quarta-feira, 17 de dezembro de 1997

FOLHA DE S. PAULO **brasil**[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

Entenda o Frangogate

A licitação

Em fevereiro de 96, a Prefeitura de São Paulo realiza uma licitação para o fornecimento de cortes congelados de coxa para escolas municipais

Quem vence é a Frigobrás, do grupo Sadia, que ofereceu o frango a R\$ 1,66/kg. Em maio, a empresa pede aumento de preço, alegando encarecimento da ração usada para alimentar as aves

O pedido é negado, e o contrato, rompido. A prefeitura determina que o fornecimento passará a ser feito pela A D'Oro, que havia ficado em segundo na licitação, ao propor o preço de R\$ 1,73/kg

A troca da Sadia pela A D'Oro ocorre sem uma nova licitação

Neste ano, o vereador Carlos Neder (PT) pediu para o Ministério Público apurar o caso, suspeitando que haveria favorecimento às empresas da mulher e do cunhado de Maluf na operação

823 mil kg

de frango foram fornecidos pela A D'Oro de agosto de 96 a junho de 97

R\$ 1,4 mi

foi o que a empresa recebeu nesse período pelo serviço

Ligações íntimas

. A D'Oro/Obelisco/Família Maluf

A A D'Oro pertence a Fuad Lutfalla, irmão de Sylvia Maluf, mulher do então prefeito Paulo Maluf (PPB). A A D'Oro comprava frangos vivos da Obelisco, empresa pertencente a Sylvia e sua filha Lígia. Em agosto, ao depor sobre o caso, Maluf disse que a Obelisco dava prejuízo, havia sido fechada "havia três meses" e só não falira antes porque ele ajudava sua mulher a administrá-la

. A D'Oro/Família Pitta

Em 1994, a primeira-dama Nicéa Pitta trabalhou durante quatro meses na A D'Oro; segundo seu marido, o prefeito Celso Pitta (PPB), foi um estágio não remunerado. Em março deste ano, Nicéa diz que juntou dinheiro para comprar um Vectra "vendendo frangos para restaurantes finos". Em julho, o gerente de vendas da A D'Oro, Jainei Buzzo, afirma que Nicéa "não sabia onde ficava a cabeça do frango"

. A D'Oro/AIM/Sadia

A AIM representou a Sadia na licitação realizada em fevereiro de 96 e

em anos anteriores. Em 96, representou também a A D'Oro, que assumiu o fornecimento após a saída da Sadia

Folha nº 07 do proc.
Nº 08-316 de 10
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF. 100.406

As investigações

. Ministério Público

Em abril, o Ministério Público abriu uma investigação sobre o caso.

Em outubro, divulga um relatório com a conclusão de que houve irregularidades na licitação e formação de um esquema para beneficiar a Obelisco. Foi pedida a citação de Maluf e outros envolvidos, entre os quais a A D'Oro, a Obelisco e a AIM (empresa que representou tanto a Frigobrás quanto a A D'Oro em licitações realizadas pela prefeitura)

. Ação contra Maluf

Em novembro, o Ministério Público Estadual deu entrada a uma ação pedindo a suspensão dos direitos políticos de Maluf; a ação está na Justiça

. O inquérito criminal

No dia 2 de dezembro, é iniciado o inquérito policial sobre o caso. O inquérito foi suspenso na semana passada

. Receita Federal

A Receita investiga se está sendo lavado dinheiro no Uruguai por meio de uma sociedade que a A D'Oro possui uma empresa uruguaia, a Inversora Rineos

Texto Anterior: Promotor vê 'fortes evidências de crime'

Próximo Texto: O QUE ELES DISSERAM

Índice

Clique aqui para deixar comentários e sugestões para o ombudsman.

Copyright Empresa Folha da Manhã S/A. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da Folhapress.

SOB SUSPEITA - Ass. Parlamentar
RF. 100.406NÍCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Pitta terá de explicar compra de frango

*Integrantes da CPI
"querem entender
contrato da fornecedora
A D'Oro com Prefeitura*

FAUSTO MACEDO

O prefeito Celso Pitta (PPB) deverá ser questionado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos sobre as relações da Prefeitura de São Paulo com a empresa A D'Oro Alimentícia e Comercial. Desde agosto de 1996, último ano da administração Paulo Maluf, a A D'Oro assumiu o posto de principal fornecedora de frango congelado para a Prefeitura.

A D'Oro pertence ao empresário Elyad Lutfalla, cunhado de Maluf. A mulher de Pitta, Nicéa, trabalhou nessa empresa. Ela é amiga de Lutfalla e da irmã dele, Sylvia, mulher de Maluf.

Sonegação fiscal — A empresa de Lutfalla tem sido usada como "fonte de receita" do casal Pitta, que está na mira da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da República. As duas repartições apuram denúncia de sonegação fiscal contra Pitta e a mulher. Ao fisco, o prefeito teria alegado que sua renda veio nos últimos anos devido às atividades comerciais de Nicéa.

Essas atividades estão relacionadas à A D'Oro. Lutfalla afirmou ao Estado que Nicéa fez "estágio remunerado na minha empresa, em 1993, durante quatro meses". "Ela é minha amiga e frequenta a A D'Oro", completou.

NEGÓCIO RENTÁVEL			
Como a A D'Oro adquiriu o monopólio da venda de frango para Prefeitura			
Mês	Fornecedor	Total fornecido (kg)	Valor total (R\$)
Abr/96	Frigobrás (Sadia)	200.004	332.006,64
Ago/96	A D'Oro	191.898	331.983,54
Sep/96	A D'Oro	182.000	314.860,00
Jan/97	A D'Oro	150.000	259.500,00
Fev/97	A D'Oro	299.992	518.986,16
Total		1.023.894	1.757.336,34

Fonte: Diário Oficial do Município de São Paulo

Nicéa dirige atualmente o Centro de Apoio Social e Atendimento (Casa), entidade ligada ao gabinete de Pitta. O nome da primeira-dama surgiu na CPI em meio às investigações sobre fraudes na emissão e negociação de papéis para pagamento de dívidas judiciais.

A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Banco Votor levantou os senadores à constatação de que Nicéa havia sido beneficiada com o pagamento de despesas referentes à locação de um automóvel Tempira. O Votor é apontado como uma das principais instituições envolvidas no esquema dos precatórios.

O vereador Carlos Neder (PT) conduz uma apuração sobre eventuais irregularidades em contratos fechados pela empresa do cunhado de Maluf com a administração pública. Neder está preparando um dossiê com dados levantados sobre a A D'Oro. O documento se-

rá encaminhado à CPI para que os senadores usem durante o depoimento de Pitta.

Em apenas cinco anos de atividade, a empresa de Lutfalla mudou de nome e razão social seis vezes. Auditores do Tesouro consultados pelo Estado não consideram "normal" esse tipo de procedimento, em uma empresa.

O vereador vai entregar amanhã à Procuradoria-Geral de Justiça representação para "apuração dos fatos". Neder pede atenção para o detalhe de que a A D'Oro manteve como sócia uma empresa estrangeira, a Inversora Rineos S/A, com sede em Montevideu (Uruguai).

Em dezembro de 1995, a Inversora Rineos redistribuiu suas cotas de participação na empresa para a Rineos Empreendimentos Ltda. (capital nacional), estabelecida no mesmo prédio onde funciona a A D'Oro, na rua Joaquim Floriano, 397, capital.

Na semana passada, Neder foi abordado por um dos caciques do PPB, velho aliado malufista na Câmara. "Vá em frente, Neder, você está no caminho certo", disse-lhe o pepebista. Outro malufista advertiu-o: "Você já está usando colete à prova de bala?"

Empresa participa de nova concorrência

A Secretaria Municipal de Abastecimento (Semab) habilitou a empresa A D'Oro Alimentícia e Comercial Ltda. a participar de nova concorrência para venda de frango congelado, destinado à merenda escolar. A empresa contratada deverá fornecer até 300 toneladas do produto por mês. Entre janeiro e fevereiro, a Prefeitura gastou R\$ 778,4 mil na compra de 449,9 mil quilos do produto vendido pela A D'Oro.

No final da gestão Maluf, a A D'Oro havia faturado R\$ 646,5 mil pela entrega de 373,8 toneladas de frango. A empresa do cunhado de Maluf já recebeu pelo menos R\$ 1,42 milhão dos cofres públicos.

No dia 4 de abril, a Semab publicou a habilitação da A D'Oro para a nova licitação. Outras duas empresas que não foram habilitadas recorreram à decisão da Semab. O secretário Nuor Guefi foi procurado seis vezes pelo Estado mas não retornou as ligações.

Em abril de 1996, a A D'Oro obteve o segundo lugar na concorrência aberta pela Coordenadoria de Alimentação e Suprimento, órgão da Semab. A Frigobrás Companhia Brasileira de Frigoríficos (Grupo Sadia) ganhou a concorrência ao cotar o preço do quilo em R\$ 1,66. A A D'Oro ofereceu o produto a R\$ 1,73 e pegou a segunda colocação.

Três meses depois, a Sadia pediu um reajuste de 18,06% no preço, mas a Semab não aceitou. A Sadia decidiu interromper o fornecimento e o caminho ficou aberto para a A D'Oro.

**MULHER DO
PREFEITO
TRABALHOU
NA EMPRESA,
QUE PERTENCE
AO CUNHADO
DE MALUF**

INVESTIGAÇÃO Envolvidos são Sylvia Maluf, seu irmão e atual primeira-dama

Esquema ajudou parentes de Maluf, afirma promotoria

Folha nº 09 do proc.
Nº 28-34 de 10
Adelina Cicone - Ass. Parlamentar
RF 100.406

da Reportagem Local

O Ministério Público paulista acredita em um esquema de triangulação entre empresas para levar parentes do



prefeito paulistano Paulo Maluf. O negócio envolve transações de venda de frangos para a Prefeitura de São Paulo no ano passado.

A nova suspeita vem se somar a outros questionamentos sobre práticas da administração Paulo Maluf (1993-96) e de seu sucessor, Celso Pitta (PPB).

A promotoria acredita que houve crime de improbidade administrativa, além de fraude na licitação provocada por envolvidos no suposto esquema.

"Aparentemente havia uma triangulação para favorecer a empresa da mulher do ex-prefeito, Sylvia Maluf, na venda de 823 toneladas de frango no ano passado à prefeitura", diz o promotor Alexandre de Moraes, da Promotoria de Juiz e Cidadania da Capital.

Obelisco e A D'Oro

A empresa de Sylvia é a Obelisco, que forneceria frangos para abate. Além de Sylvia, é sócia da empresa sua filha Lígia.

A Folha visitou ontem a Obelisco no km 9,5 da estrada que liga Itatiba a Louveira (75 km a noroeste de São Paulo). A empresa está fechada e tem instalações novas, aparentemente nunca usadas.

O gerente administrativo da Obelisco, José Antônio Orlandelli Lopes, diz que a firma é regular.

Entre maio e agosto do ano passado, seu faturamento praticamente dobrou por fornecer frangos para a A D'Oro —que no pe-



Fabiano Accorsi/Folha Imagem

O prefeito Pitta, que tem contratos de compra de frango investigados

ríodo vendia para a prefeitura.

A A D'Oro pertence a Fuad Luftalla, irmão de Sylvia Maluf.

"Mas cunhado não é parente. Ele podia vender o frango processado para a prefeitura, que na verdade era da Sylvia", afirma o promotor, que instaurou inquérito sobre o caso em 16 de abril, depois que a "Folha da Tarde" revelou o caso.

O problema reside exatamente nas condições da venda. Para o Ministério Público, houve irregularidade no contrato de fornecimento do produto e suspeita de favorecimento por uma terceira empresa, a Frigobrás (do grupo Sadia).

Frigobrás

Em fevereiro de 1996, a Frigobrás ganhou licitação para fornecer frango para creches e escolas municipais por R\$ 1,66 o quilo. Em segundo lugar ficou a A D'Oro (que ofereceu R\$ 1,73/kg).

Três meses depois, a Frigobrás pediu aumento para R\$ 1,96 por quilo. A prefeitura aceitou pagar R\$ 1,75, mas a empresa desistiu.

Alegando ter direito por edital, Maluf colocou então a A D'Oro para fornecer o frango por ser a segunda colocada —só que não pelos R\$ 1,73 o quilo que propunha, mas por R\$ 1,75. A A D'Oro faturou R\$ 1.426.438,00 com o serviço.

"Isso só poderia ocorrer se a Frigobrás tivesse desistido na hora de assumir o negócio. Como foi três meses depois, era obrigatória uma segunda licitação", diz Moraes.

Um advogado da Frigobrás, Marcelo Pontes Oliveira, pediu ontem sete dias úteis para apresentar notas fiscais ligadas ao caso.

Para surpresa do Ministério Público, a Frigobrás ganhou a licitação deste ano para o fornecimento de frango —com a A D'Oro novamente em segundo lugar.

"Desta vez ofereceram R\$ 1,37

por quilo, alegando um excesso de estoque devido a um carregamento que ia para a Rússia e não foi. Acho estranho", afirmou Moraes.

O Ministério Público quer saber se as condições excepcionais de preço não seriam encerradas com o fim do estoque da Frigobrás, o que levaria a novo pedido de aumento de preço e consequente desistência em favor da A D'Oro.

AIM

Uma quarta empresa está sendo investigada. É a AIM Participações Ltda.. Ela foi fundada por pessoas ligadas ao núcleo histórico do malufismo, como o publicitário Nelson Biondi (que a deixou em 1987), e assessorou tanto a Frigobrás quanto a A D'Oro em suas participações nas licitações.

O Ministério Público ainda não sabe quais eram os interesses da empresa, que trabalhava como intermediária nos negócios.

O pedido de aumento por parte da Sadia, no ano passado, foi feito a partir de um fax da AIM.

O Ministério Público pediu explicações, em ofício enviado no dia 7, para a primeira-dama Nicéa Pitta. O promotor quer saber qual sua ligação com a A D'Oro.

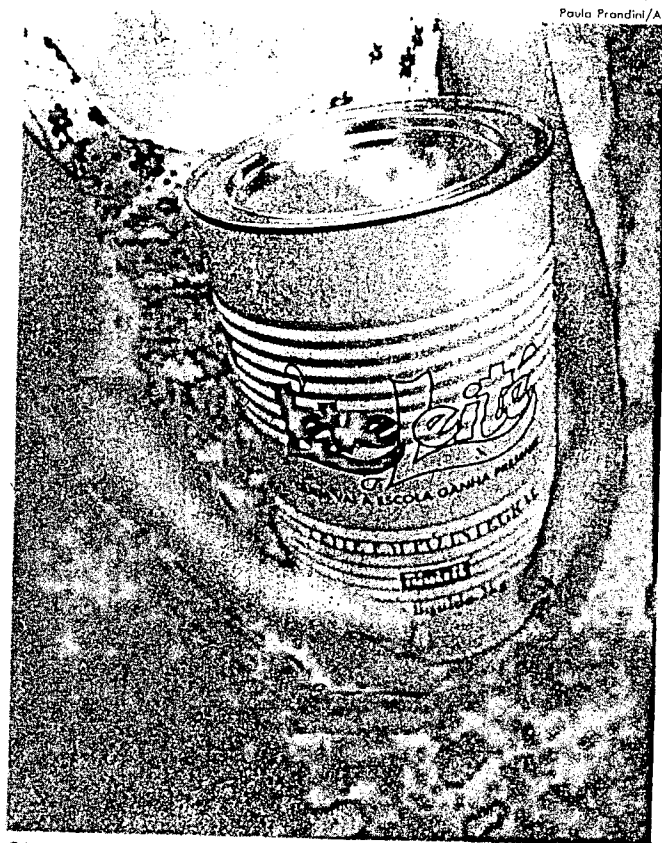
Celso Pitta diz que sua mulher fez estágio na A D'Oro, tendo inclusive tentado vender frango à Casa da Moeda em 1993 em companhia de Fuad Luftalla. Pitta foi diretor no órgão entre 1982 e 1985.

Ao Ministério Público, a A D'Oro disse que Nicéa nunca ganhou nada pela empresa. "Mas o prefeito já disse que a renda de casa era auxiliada pelos negócios de Nicéa com frango", afirma Moraes.

A investigação ficará congelada de amanhã até agosto, quando o promotor estará em férias.

Prefeitura compra leite mais caro

LEVE LEITE CONSUME 1,6 MILHÃO DE QUILOS DO PRODUTO EM PÓ E PAGA PELO MENOS R\$ 0,15 A MAIS POR CADA QUILO



Criança com o leite: Prefeitura nega que escolheu lata para propaganda

Ivo Patarra

A Prefeitura de São Paulo está pagando R\$ 5,78 por quilo de leite em pó do programa Leve Leite. Três das principais redes de supermercado da cidade oferecem o produto nas prateleiras por preços mais baixos. Detalhe: a Prefeitura compra 1,6 milhão de quilos por mês.

As latas de leite em pó da Prefeitura, distribuídas a 800 mil crianças de escolas e creches, têm dois quilos e custam ao governo municipal R\$ 11,56 cada uma. O melhor preço encontrado pelo JT foi no Carrefour do bairro do Limão, na zona norte.

Lá, ontem, era possível comprar seis pacotes de 400 gramas de leite integral Cook, por R\$ 1,79 cada um. O consumidor levaria 2,4 quilos de leite para casa e pagaria apenas R\$ 10,74. Em relação aos R\$ 11,56 gastos pela Prefeitura na lata de dois quilos, haveria ainda uma sobra de R\$ 0,82.

O mesmo Carrefour vende latas de 400 gramas de leite em pó instantâneo marca Itambé, enriquecido de vitaminas A e D, por R\$ 2,25 a unidade. Cinco latas, com o total de dois quilos de leite em pó, saem por R\$ 11,25, exatos R\$ 0,31 menos do que a Prefeitura paga pelas

latas do Leve Leite.

Alexandre de Moraes, promotor de Justiça e Cidadania do Ministério Público, está analisando representação do vereador Carlos Neder (PT). O vereador quer saber por que a Prefeitura resolveu pagar R\$ 5,78 por quilo de leite em pó, comprado da Nutril Nutrientes Industriais.

É que a mesma licitação, realizada pela Secretaria Municipal de Abastecimento, homologou o fornecimento do mesmo produto, oferecido pela Nacional Comércio e Empreendimentos, por R\$ 4,74 o quilo.

Em sua representação, Carlos Neder salienta que a diferença entre os dois fornecedores, que é de R\$ 1,04 (21,9%) por quilo, significa gasto adicional de R\$ 1,6 milhão mensais à Prefeitura.

As duas marcas têm praticamente as mesmas características, com exceção das embalagens. A mais barata (pacote) é de filme composto de polietileno, poliéster e alumínio, e a mais cara (lata) é de folhas de flandres membranizadas e gasificadas, com peso líquido de dois quilos. Nos últimos três meses, a Prefeitura gastou R\$ 27,7 milhões com o Leve Leite.

SECRETÁRIO NEGA ACUSAÇÃO

Guelfi afirma que foram pesquisadas 4 redes

O secretário de Abastecimento, Nair Guelfi, negou ontem que a Prefeitura tenha comprado leite em pó superfaturado para o programa Leve Leite. Ele disse que a Secretaria Municipal de Abastecimento (Semab) realiza pesquisa em quatro atacados (Wall Mart, Makro, Vila Nova e Atacadão) e que a média dos preços do quilo do produto, registrada em agosto, foi de R\$ 5,87. Segundo Guelfi, a Semab também fez consulta de varejo na Internet (pelo menos

São Paulo), com o seguinte resultado: em agosto, preço médio de R\$ 6,40 para o quilo de leite em pó. "O preço oferecido na licitação, de R\$ 5,78, é inferior", disse o secretário. "Nós não temos outra alternativa a não ser aceitá-lo." Guelfi negou que a Prefeitura tenha optado pelo leite em pó em lata com a finalidade de usar a embalagem para fazer propaganda. "De acordo com ele, o produto em pacote poderia se romper nas mãos das crianças

Folha nº 04 do proc. 27 de 1997
Folha nº 10 do proc. nº 08-316 de 10
NACIONAL VEIGA - Of. Legislativo RF 11.132
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar RF 100.406

Pitta paga R\$ 20 milhões por latas

EMBALAR LEITE EM PÓ DO LEVE LEITE EM LATAS DE 2 KG CUSTA O GASTO ANUAL COM O LEITE DA MERENDA, EMBALADO EM PACOTES ALUMINIZADOS

Ivo Patarra

A Prefeitura de São Paulo paga R\$ 19,9 milhões por ano para embalar em latas o leite em pó distribuído pelo programa Leve Leite. Esse dinheiro seria suficiente para pagar o leite adquirido em um ano para a merenda escolar municipal, um programa que tem recebido denúncias frequentes de precariedade.

A Prefeitura compra leite em pó integral para os programas da merenda e do Leve Leite. Para o primeiro programa, são 350 mil quilos por mês, embalados em pacotes aluminizados. Para o segundo, 1,6 milhão de quilos mensais, embalados em latas de 2 quilos, distribuídas para crianças de creches e escolas municipais. O leite da merenda custa R\$ 4,74 o quilo. O do Leve Leite sai por R\$ 5,78 o

quilo. A diferença, de R\$ 1,04 por quilo, fica justamente por conta das embalagens.

A Prefeitura adquire 19,2 milhões de quilos de leite em pó por ano pa-



Merenda: leite em embalagem aluminizada é distribuído para uso nas escolas e creches

ra o Leve Leite, no valor de R\$ 110,9 milhões. Se estivesse comprando o mesmo leite em pó, mas em pacote, como o da merenda, gastaria R\$ 91 milhões. A diferença, de R\$ 19,9 milhões, portanto, é o gasto anual da Prefeitura para adquirir as latas que embalam o leite em pó. Esses R\$ 19,9 milhões pagariam todas as compras de leite em pó para o programa da merenda escolar, num total de 4,2 milhões de quilos anuais.

O Ministério Público está investigando as compras de leite em pó da Prefeitura. O promotor de Justiça Carlos Alberto de Salles deverá to-



Lata do Leve Leite: R\$ 1,04 a mais por cada quilo do produto

mar o depoimento, amanhã, do presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (ABPL), Jorge Rubez. Ele denunciou que o governo municipal fez "licitação de cartas marcadas" para escolher os fornecedores de leite em pó. Também deverá depor o presidente da Associação dos Distribuidores de Leite do Estado de São Paulo (Adalsp), Vicente Paulino, que requereu a análise do leite em pó do Leve Leite. Paulino receia que material para ração animal esteja sendo adicionado ao leite dos programas.

Desde 1994 (governo Paulo Maluf), a Prefeitura fez cinco licitações para comprar leite em pó. Todas ganharam por apenas duas empresas, com sede em Contagem (MG). A Nutril Nutrimentos Industriais fornece as latas de dois quilos do programa Leve Leite. A Nacional Comércio e Empreendimentos, o leite em pó da merenda escolar. O pro-

motor Carlos Alberto de Salles está estudando o escândalo da compra de frangos pela Prefeitura, o chamado Frangogate. Ele quer saber se o procedimento para a compra de leite em pó é o mesmo, ou seja, se as empresas fornecedoras ganham as licitações com preços baixos que, em seguida, são reajustados.



Pitta: Justiça quer saber se licitações do leite e do frango têm as mesmas irregularidades

O JT publicou, nas últimas três semanas, cotações de preços de leite em pó de supermercados, atacadistas, cooperativas e fábricas produtoras. Os preços são mais baixos que os pagos pela Prefeitura. Na Câmara Municipal, o vereador Arselino Tatto, líder do PT, pediu a instalação da CPI do Leite. Ele espera obter as 19 assinaturas necessárias

para dar entrada no processo amanhã. Tatto também quer que o Tribunal de Contas do Município faça auditoria na Secretaria Municipal de Abastecimento, encarregada de fazer as compras de leite em pó.



DIÁRIO POPULAR

13 09 / 1997

página 6

Folha nº 06 do proc.

nº 27 de 1997

Câmara Municipal de São Paulo

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Folha nº 12 do proc.

Nº 08 - 3/16 de 10

Adelina Ciconi - Ass. Parlamentar

Semab esbarrando com pãozinho

CHICO DE GOIS

A Prefeitura está pagando até R\$ 288 mil a mais pelo pão de cachorro-quente. Na edição de ontem do Diário Oficial do Município, um despacho do secretário municipal de Abastecimento, Naor Guelfi, autoriza a compra de cinco milhões de pães de cachorro-quente pelo valor global de R\$ 688.060,00. Feitas as contas, cada pãozinho custará para os cofres da Prefeitura R\$ 0,13. O valor é superior ao preço de mercado, que varia entre R\$ 0,08 e R\$ 0,10. Isso significa que a secretaria está pagando entre 30% e 61% a mais pelo produto.

Se o pãozinho fosse comprado a R\$ 0,08, na Panificadora Sereia, tradicional fornecedora do produto para os vendedores de cachorro-quente da cidade, a Prefeitura poderia economizar R\$ 288 mil. Se optasse pela Comercial Cianorte, atacadista de produtos alimentícios localizada em frente ao Palácio das Indústrias, sede da Prefeitura, a economia seria de R\$ 188 mil. Este dinheiro seria suficiente

para a construção de 10 a 16 apartamentos do Cingapura. Cada unidade custa aproximadamente R\$ 18 mil. A Secretaria de Abastecimento foi procurada por telefone pela reportagem do DIÁRIO POPULAR às 17h20, mas ninguém foi localizado para fazer comentários sobre a denúncia.

O despacho do secretário é bem resumido. Diz que "à vista da bonificação obtida no presente, reduzindo o valor global da aquisição (...) refutifico o despacho (...), para dele fazer constar que o valor correto para aquisição de cinco milhões de pães de hot-dog é de R\$ 688.060,00". Domingos Gondarem Lourenço da

Chão, proprietário da Panificadora Sereia, localizada na região central da cidade, assustou-se ao saber o preço pago pela Prefeitura. Ele produz diariamente aproximadamente 15 mil pães para cachorro-quente e vende o produto a ambulantes e algumas instituições. "Cobro R\$ 0,08 por unidade", disse

Domingos. Ele fez questão de mostrar o registro do Ministério da Saúde para provar que não faz o produto clandestinamente. Também afirmou que se pegasse uma encomenda de cinco milhões de pães poderia até reduzir o valor para R\$ 0,07 cada um.

Outro que achou caro o preço pago pela Prefeitura pelo pão de cachorro-quente foi Júnior Cezar, representante de vendas da Comercial Cianorte, tradicional atacadista do ramo alimentício. Seu colega, Gilmar Olmo, também se assustou. Eles vendem o pãozinho de três indústrias diferentes: Braspan, Roiam e Iguape. O produto das duas primeiras custa R\$ 0,09 ao cliente da Cianorte. O pão da Iguape é vendido a R\$ 0,10.

Instalada há mais de seis anos nas imediações da rua Conselheiro Crispiniano, Lourdes Mendes vende aproximadamente 600 cachorros-quentes por dia, a R\$ 0,50 cada. Ela afirmou que paga R\$ 0,09 pelo pãozinho. "Se comprasse o pãozinho a R\$ 0,13, teria de vender o cachorro-quente a R\$ 0,80, no mínimo", observou.

Folha nº 07 do proc.
nº 27 de 1997
INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Folha nº 13 do proc.
Nº 08-316 de 1997
Adelina Ciccone - Ass. Parlamentar
RF 100.406

Publicação: F
15/09/97
A-5

Prefeitura de SP paga 42% mais caro pelo açúcar dos servidores

Caso do frango envolve Daura

A suspeita de favorecimento de parentes do ex-prefeito Paulo Maluf na venda de frangos à prefeitura também envolve Marcelo Daura. Ele foi casado com Nelly Maluf, sobrinha do ex-prefeito e já foi funcionário da Eucatex, empresa de Maluf.

Daura dirige o Demat (Departamento de Materiais) e preside a Comoprems (Comissão de Preços de Materiais e Serviços). A Comoprems aprovou um aumento de preço nas coxas e sobrecoxas vendidas pela Frigoríficas-Sadia à prefeitura, em julho de 1996, para R\$ 1,75 por quilo.

Com o aumento, solicitado três meses depois de a Sadia ter vencido a concorrência — com o preço de R\$ 1,66 —, o menor preço passou a ser o do frigorífico A D'Oro (R\$ 1,73). Essa empresa pertence a Fuad Lutfalla, irmão de Sylvia Maluf e cunhado de Paulo Maluf.

No período da licitação, a A D'Oro comprou aves vivas da granja Obelisco, de Sylvia Maluf. O Ministério Público Estadual investiga essas operações sob suspeita de que tenha ocorrido uma triangulação para favorecer a família Maluf. (AR)

Marcelo Daura, envolvido no caso dos frangos, autorizou a Secretaria da Administração a pagar R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar. O produto custa R\$ 0,52 no mesmo supermercado que vende ao município

A Prefeitura de São Paulo paga R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar, a um supermercado de Suzano (Grande SP), que vende, no mesmo produto a R\$ 0,52 no varejo. A diferença de preço é de 42,3%. No dia 31 de outubro do ano passado, o Supermercado Estrela foi habilitado pela prefeitura a vender mensalmente 13.255 quilos do açúcar para consumo dos servidores de 15 secretarias e três autarquias do município, durante um ano. O supermercado foi o único concorrente da licitação e apresentou proposta de R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar União. Pesquisa Datafolha do último dia 3 de setembro, realizada em 18 supermercados da capital, indica o

preço médio de R\$ 0,50 para o quilo do açúcar. A mesma pesquisa indicou R\$ 0,58 como preço médio em outubro de 1996 — época da licitação.

A SMA (Secretaria Municipal da Administração) comprou o açúcar União a R\$ 0,74 o quilo, entre outubro de 96 e setembro deste ano. A FT esteve no Supermercado Estrela no último dia 2 de setembro e constatou que o produto é vendido a R\$ 0,52.

O contrato de fornecimento entre o supermercado e a SMA foi assinado pelo diretor do Demat (Departamento de Materiais), Marcelo Daura. Ele também está envolvido nas denúncias de irregularidades que teriam beneficiado a família

do ex-prefeito Paulo Maluf em vendas de frango para a prefeitura. (veja texto ao lado).

Segundo Daura, o custo da entrega encarece o preço que a prefeitura paga pelo açúcar. "São 150 pontos de entrega", disse, no último dia 4 de setembro. A entrega é de responsabilidade do fornecedor.

Entretanto, o valor do produto também é 39,6% superior aos R\$ 0,53 que a Semab (Secretaria Municipal de Abastecimento) paga pelo açúcar da marca Portobello, que vai para a merenda escolar. A Semab licitou o quilo do açúcar a R\$ 0,59 em julho de 1996, mas conseguiu descontos com o fornecedor — Refinadora Catarinense. Em janeiro de 1997, pagou R\$ 0,54 e de abril a junho deste ano pagou R\$ 0,53.

Daura afirmou à reportagem que a entrega de produtos fornecidos à Semab também é feita diretamente nas 1.489 escolas e creches municipais.

Na compra da SMA, Daura

disse que renegociou o preço e conseguiu reduzi-lo de R\$ 0,74 para R\$ 0,60, em 4 de junho passado. Porém, a prefeitura continuou comprando o açúcar a R\$ 0,74. A Secretaria Municipal de Transportes publicou autorização para compra de 300 quilos do produto a esse preço no último dia 3.

"Estou surpreso", disse Daura. "Se isso ocorreu está errado. Vou falar com a secretaria." Um dia após Daura conceder a entrevista, o preço foi rebaixado para R\$ 0,53, o mesmo que a Semab paga.

Além disso, o Serviço Funerário do município comprou, em julho passado, 300 quilos de açúcar a R\$ 0,48, vendido também pelo Estrela. A divergência nos preços levou o vereador Carlos Neder (PT) a pedir informações em ofício ao secretário de Administração.

Procurado há uma semana para explicar o caso, Daura não atendeu a reportagem.

(Alberto Ramos)

Diretor nega irregularidade

O diretor do Demat (Departamento de Materiais) da Secretaria Municipal de Administração, Marcelo Daura, negou que tenha ocorrido favorecimento ao Supermercado Estrela na licitação para a compra de açúcar para a prefeitura.

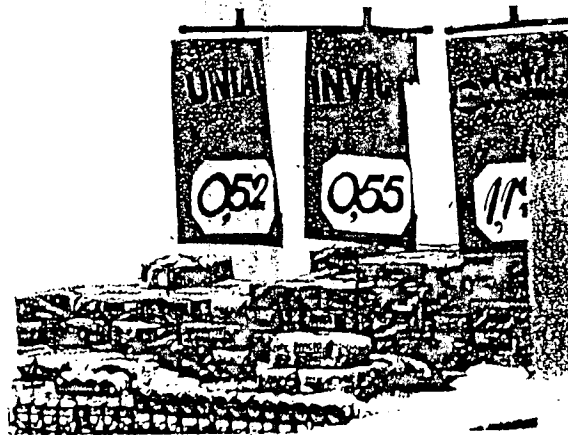
Segundo ele, 27 empresas foram convidadas a participar da concorrência, realizada em outubro de 96. Apenas seis delas compraram o edital da licitação e a única que concorreu foi o Supermercado Estrela.

Daura disse que fez levantamentos de preços do açúcar seguindo cotação do Instituto de Economia Agrícola ligado a Secretaria de Abastecimento

do Estado. "Na época da licitação, o preço médio do varejo era de R\$ 0,63 por quilo."

Segundo Daura, as redes de supermercados fazem ofertas com o açúcar a preço de custo. Atraídos pela promoção, os clientes acabariam comprando outros produtos, mais caros.

O dono do Supermercado Estrela, Georges Mokbel Antoun, afirmou que "não compensa vender à prefeitura sem lucro bruto assegurado de 30%". Para ele, "o custo do transporte e impostos consome até 21% desse lucro. Basta verificar quanto custa um frete de Suzano até São Paulo." (AR)



Supermercado Estrela, de Suzano, vende quilo do açúcar a R\$ 0,52



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Papel para informação, rubricado como folha nº14.....

do processo nº 08- 316 de 2010,4, 1, 2, 13..... (a)14.....

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

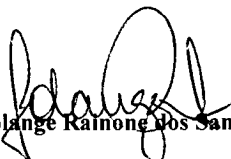
Registro 100.406

À

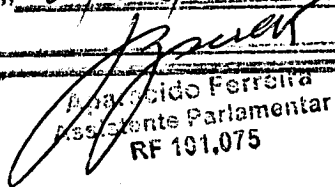
SGP.33

Para arquivamento, nos termos do artigo 275 do Regimento Interno.

04/02/2013


Solange Raimone dos Santos
Supervisora de SGP.22

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL	
Processo encerrado em	14 folhas:
Arquivado em	06/02/2013


Ana Cecília Ferreira
Assistente Parlamentar
RF 101.075